

Veto nº 29, de 2003

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Encaminha ao Congresso Nacional, as razões do Veto Parcial aposto ao PLC 00005 2003 (PL 04415 2001, na Câmara dos Deputados), concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei 8870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias.

Assunto: Política Social - Previdência Social

Data de Leitura: 23/10/2003

Tramitação encerrada

Decisão: Mantida

Último local: -

Destino: -

Último estado: 27/05/2004 - VETO DELIBERADO PELO PLENÁRIO

Matérias Relacionadas:

Veto nº 00029 de 2003

TRAMITAÇÃO

03/12/2008 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

05/08/2004 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Processo Arquivado. Esse veto é referente ao PLC 05 de 2003.

13/07/2004 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o Ofício CN nº 593 de 08/07/04, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem CN nº 156/04, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República participando ter sido mantido o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 5/03 (fls. 83 a 84).

Anexado o Ofício CN nº 594 de 08/07/04, ao Presidente da Câmara dos Deputados comunicando que o Congresso Nacional manteve o Veto Parcial aposto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 5/03 (fls. 85).

Ao Protocolo Legislativo com destino ao Arquivo.

29/06/2004 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 15:30 hs.

TRAMITAÇÃO

27/05/2004 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: VETO DELIBERADO PELO PLENÁRIO

Ação: Na sessão do Senado Federal realizada nesta data, foi lida a ata da apuração do veto, que foi mantido. (Anexadas as folhas com o resultado da votação e cópia da ata.)

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

À SSEX

Publicado no DSF Páginas 16395-16536

20/05/2004 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 9 horas - Na sessão conjunta realizada nesta data, no Plenário do Senado Federal, foi procedida a votação do presente veto.

Publicado no DCN Páginas 809-810

19/05/2004 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 20-05-2004, às 9 (nove) horas.
(Veto ao PLC nº 5, de 2003)

29/01/2004 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Aguardando inclusão na Ordem do Dia.

29/01/2004 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foi encaminhado à SEEP o veto parcial apostado ao PLC nº 5/2003 (MPV nº 4.415/2001, na Casa de origem), para confecção dos respectivos avulsos sem o relatório da Comissão Mista.

À SSCLCN.

12/11/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Subsecretaria de Ata para confecção do avulso completo do veto.

12/11/2003 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Encerrado o prazo regimental sem a apresentação do Relatório pela Comissão Mista, a Matéria é encaminhada à SSCLCN.

05/11/2003 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Termo de reunião de instalação para o dia 05/11/2003.
Publicado no DSF de 06/11/2003.

TRAMITAÇÃO

À SACM.

05/11/2003 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Convocada em 05/11/03, a Comissão não instalou para relatar o Veto, por falta de quorum, conforme Lista de Presença e Termo de Reunião. Encaminhada à SSATA o Termo de Reunião para publicação.
(às fls. 74 e 75)

Publicado no DSF Páginas 35593

23/10/2003 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 18:40- Leitura do Veto Parcial nº 29/2003, encaminhado através da Mensagem nº 108/2003-CN, na origem, do Sr. Presidente da República, apostado ao PLC nº 5/2003.

De acordo com o disposto no § 2º do art 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto: Senadores: Osmar Dias, Garibaldi Alves Filho, Eduardo Azeredo e Augusto Botelho, Deputados: Arlindo Chinaglia, Moacir Micheletto, Vilmar Rocha e Paulo Baltazar.

Estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria, em anexo.

À SACM

Publicado no DCN Páginas 1769-1772

23/10/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário de tramitação do VETO.

22/10/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada fls. 70 referente ao Ofício SGM/P nº 2361/2003, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

24/09/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada fls. 69 referente à cópia do Ofício nº 522/2003-CN, do Presidente do Senado Federal, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

19/09/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. 67 e 68 referentes ao estudo do veto parcial apostado ao PLC 5/2003.

19/09/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. 59 a 66 referentes à Mensagem Presidencial nº 463, de 2003 (nº 108/2003-CN), que comunica ao Congresso Nacional o veto parcial apostado ao PLC 5/2003.

16/09/2003 SF-SESINO - Serviço de Sinopse

Situação: AGUARDANDO LEITURA

TRAMITAÇÃO

Ação: Aguardando Leitura.

Publicado no DOU Páginas 11-12

DOCUMENTOS

VET 29/2003

Data: 16/09/2003

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Encaminha ao Congresso Nacional, as razões do Veto Parcial aposto ao PLC 00005 2003 (PL 04415 2001, na Câmara dos Deputados), concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei 8870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias.